



# DIÁRIO OFICIAL

## PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIÁPOLIS

Lei Complementar nº 015, de 06 de Maio de 2021

[www.mariapolis.sp.gov.br](http://www.mariapolis.sp.gov.br) | [www.mariapolis.sp.gov.br/imprensaoficial](http://www.mariapolis.sp.gov.br/imprensaoficial)

Segunda-Feira, 22 de Junho de 2026

Diário Oficial - Ano VI - Nº 804

Página 1 de 17

### SUMÁRIO

|                                    |    |
|------------------------------------|----|
| PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIÁPOLIS | 2  |
| GABINETE DO PREFEITO               | 2  |
| ATOS DO GABINETE DO PREFEITO       | 2  |
| Leis                               | 2  |
| Errata                             | 14 |
| SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO        | 15 |
| COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES  | 15 |
| Extratos                           | 15 |
| RECURSOS HUMANOS                   | 16 |
| Editais                            | 16 |

### EXPEDIENTE

O Diário Oficial do município de Mariópolis, veiculado exclusivamente na forma eletrônica, é uma publicação das entidades da Administração Direta e Indireta deste Município, sendo referidas entidades inteiramente responsáveis pelo conteúdo aqui publicado.

### ACERVO

As edições do Diário Oficial Eletrônico de Mariópolis poderão ser consultadas através da internet, por meio do seguinte endereço eletrônico: [www.mariapolis.sp.gov.br](http://www.mariapolis.sp.gov.br). Para pesquisa por qualquer termo e utilização de filtros, acesse. As consultas e pesquisas são de acesso gratuito e independente de qualquer cadastro.

### ENTIDADES

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIÁPOLIS

CNPJ: 51.405.231/0001-16

Av. Prefeito Bernardo Meneghetti, 800 - Centro  
Mariópolis / SP - CEP 17810-000

Telefone: (18) 3586-1315

Site: [www.mariapolis.sp.gov.br/](http://www.mariapolis.sp.gov.br/)



# DIÁRIO OFICIAL

## PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIÁPOLIS

Lei Complementar nº 015, de 06 de Maio de 2021

[www.mariapolis.sp.gov.br](http://www.mariapolis.sp.gov.br) | [www.mariapolis.sp.gov.br/imprensaoficial](http://www.mariapolis.sp.gov.br/imprensaoficial)

Segunda-Feira, 22 de Junho de 2026

Diário Oficial - Ano VI - Nº 804

Página 2 de 17

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIÁPOLIS

GABINETE DO PREFEITO

ATOS DO GABINETE DO PREFEITO

LEIS



## PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIÁPOLIS

ESTADO DE SÃO PAULO - CNPJ 51.405.231/0001-16

### LEI Nº 1865 DE 19 DE JUNHO DE 2026.

**RICARDO MITSURO WATANABE**, Prefeito Municipal de Mariópolis, Estado de São Paulo, **faz saber** que a Câmara Municipal **APROVOU**, e ele **SANCIONA E PROMULGA**, a seguinte Lei com a redação final;

Institui a Política Municipal de Educação Integral em Tempo Integral no âmbito da Rede Pública Municipal de Ensino, estabelece diretrizes para sua implementação, gestão, monitoramento e avaliação, e dá outras providências.

### CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

**Art. 1º** Fica instituída a Política Municipal de Educação Integral em Tempo Integral no âmbito da Rede Pública Municipal de Ensino de Mariópolis, em consonância com a Constituição Federal, a Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, a Lei Federal nº 14.640, de 31 de julho de 2023, a Lei Federal nº 14.945, de 31 de julho de 2024, o Plano Nacional de Educação, o Plano Municipal de Educação e a Resolução CNE/CEB nº 7, de 1º de agosto de 2025.

**Art. 2º** A Política Municipal de Educação Integral em Tempo Integral tem por finalidade assegurar o desenvolvimento integral dos estudantes da Educação Básica em seus aspectos cognitivos, físicos, emocionais, sociais, culturais, éticos, ambientais e políticos, garantindo o pleno exercício dos direitos de aprendizagem e desenvolvimento.

**Art. 3º** Para os fins desta Lei, considera-se:

- I – Educação Integral: concepção educacional voltada ao desenvolvimento pleno dos estudantes em todas as suas dimensões;
- II – Educação em Tempo Integral: organização curricular e pedagógica com jornada escolar mínima de 7 (sete) horas diárias ou 35 (trinta e cinco) horas semanais;
- III – Escola de Tempo Integral: unidade escolar que oferta todas as matrículas em jornada ampliada do aluno, nos termos do inciso anterior; (NR)



# DIÁRIO OFICIAL

## PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIÁPOLIS

Lei Complementar nº 015, de 06 de Maio de 2021

[www.mariapolis.sp.gov.br](http://www.mariapolis.sp.gov.br) | [www.mariapolis.sp.gov.br/imprensaoficial](http://www.mariapolis.sp.gov.br/imprensaoficial)

Segunda-Feira, 22 de Junho de 2026

Diário Oficial - Ano VI - Nº 804

Página 3 de 17



## PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIÁPOLIS

ESTADO DE SÃO PAULO - CNPJ 51.405.231/0001-16

IV – Escola Mista: unidade escolar que oferta parte das turmas em jornada ampliada e parte em jornada parcial;

V – Território Educativo: conjunto de espaços, instituições, equipamentos públicos, organizações sociais e oportunidades de aprendizagem articulados ao processo educativo.

**Art. 4º** A Educação Integral em Tempo Integral observará os seguintes princípios:

- I – Garantia do direito à educação com equidade e qualidade social;
- II – Promoção e defesa dos direitos humanos;
- III – Gestão democrática e participação da comunidade escolar;
- IV – Inclusão educacional e respeito à diversidade;
- V – Justiça curricular;
- VI – Valorização dos profissionais da educação;
- VII – articulação intersetorial entre educação, saúde, assistência social, cultura, esporte, meio ambiente e demais políticas públicas;
- VIII – sustentabilidade socioambiental;
- IX – Combate a todas as formas de discriminação, preconceito e violência;
- X – Promoção da convivência democrática e cultura de paz.

**Art. 5º** São objetivos da Política Municipal de Educação Integral em Tempo Integral:

- I – Ampliar progressivamente a oferta de matrículas em tempo integral;
- II – Promover a permanência, o sucesso escolar e a redução da evasão;
- III – Assegurar aprendizagem significativa e desenvolvimento integral;
- IV – Fortalecer os vínculos entre escola, família e comunidade;
- V – Integrar políticas públicas e ações territoriais ao processo educativo;
- VI – Reduzir desigualdades educacionais, sociais, raciais e territoriais;
- VII – Promover práticas pedagógicas inovadoras, interdisciplinares e inclusivas;
- VIII – Fortalecer a formação cidadã, ética e democrática dos estudantes.

### CAPÍTULO II

#### DA ORGANIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO INTEGRAL EM TEMPO INTEGRAL

**Art. 6º** A jornada escolar da Educação Integral em Tempo Integral será de, no mínimo, 7 (sete) horas diárias ou 35 (trinta e cinco) horas semanais, compreendendo atividades pedagógicas, culturais, esportivas, artísticas, científicas, tecnológicas e de convivência.

§ 1º Integram a jornada escolar os tempos destinados à alimentação, higiene, acolhimento, descanso, socialização e convivência, observada a intencionalidade pedagógica.

§ 2º A organização da jornada deverá respeitar as especificidades etárias e pedagógicas de cada etapa e modalidade de ensino.



# DIÁRIO OFICIAL

## PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIÁPOLIS

Lei Complementar nº 015, de 06 de Maio de 2021

[www.mariapolis.sp.gov.br](http://www.mariapolis.sp.gov.br) | [www.mariapolis.sp.gov.br/imprensaoficial](http://www.mariapolis.sp.gov.br/imprensaoficial)

Segunda-Feira, 22 de Junho de 2026

Diário Oficial - Ano VI - Nº 804

Página 4 de 17



## PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIÁPOLIS

ESTADO DE SÃO PAULO - CNPJ 51.405.231/0001-16

**Art. 7º** A implementação da Educação Integral em Tempo Integral poderá ocorrer mediante:

- I – Implantação de escolas exclusivas de tempo integral;
- II – Implantação gradual em escolas mistas;
- III – Ampliação progressiva de turmas e matrículas;
- IV – Reorganização curricular e pedagógica das unidades escolares.

**Art. 8º** A expansão da oferta observará:

- I – Diagnóstico técnico da infraestrutura física e pedagógica;
- II – Disponibilidade de profissionais da educação;
- III – Garantia de alimentação escolar adequada;
- IV – Garantia de transporte escolar quando necessário;
- V – Critérios de equidade e vulnerabilidade social;
- VI – Indicadores educacionais e territoriais.

§ 1º Será priorizada a expansão em territórios com maior vulnerabilidade social e educacional.

§ 2º É vedada qualquer forma de seleção discriminatória para acesso às matrículas em tempo integral.

### CAPÍTULO III DA EXPANSÃO DE MATRÍCULAS

**Art. 9º.** O Poder Executivo Municipal deverá implementar as seguintes ações para a ampliação das matrículas em tempo integral:

- I - Realizar um levantamento detalhado da demanda por vagas em escolas de educação infantil e ensino fundamental em tempo integral, considerando as regiões com maior necessidade.
- II - Criar turmas de educação infantil e ensino fundamental em tempo integral nas escolas existentes que possuam infraestrutura adequada.
- III - Construir novas unidades escolares com capacidade para atender à demanda identificada, priorizando áreas com carência de serviços educacionais.
- IV - Promover programas de formação continuada para os profissionais da educação, visando à melhoria da qualidade do ensino e à implementação de práticas pedagógicas inovadoras em tempo integral.
- V - Incentivar a contratação de profissionais qualificados para atuar nas atividades complementares, como esportes, artes, cultura e ciências.
- VI - Fomentar parcerias com instituições públicas e privadas, universidades e organizações não governamentais para oferecer atividades extracurriculares diversificadas.
- VII - Buscar recursos estaduais e federais destinados à educação para viabilizar a ampliação das matrículas.
- VIII - Criar um sistema de acompanhamento da implementação das turmas em tempo integral, avaliando o impacto na aprendizagem dos alunos.

Avenida Prefeito Bernardo Meneguetti, 800 - Paço Municipal "José Alves Rodrigues"

Tel.: (18) 3586-1227 - CEP 17.810-015 - Mariópolis - SP

E-mail: [pmariap@terra.com.br](mailto:pmariap@terra.com.br)

[www.mariapolis.sp.gov.br](http://www.mariapolis.sp.gov.br)



# DIÁRIO OFICIAL

## PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIÁPOLIS

Lei Complementar nº 015, de 06 de Maio de 2021

[www.mariapolis.sp.gov.br](http://www.mariapolis.sp.gov.br) | [www.mariapolis.sp.gov.br/imprensaoficial](http://www.mariapolis.sp.gov.br/imprensaoficial)

Segunda-Feira, 22 de Junho de 2026

Diário Oficial - Ano VI - Nº 804

Página 5 de 17



## PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIÁPOLIS

ESTADO DE SÃO PAULO - CNPJ 51.405.231/0001-16

IX – Elaborar, por meio da Equipe Gestora, composta pela Coordenação, Direção e Secretaria Municipal de Educação, relatórios semestrais sobre o andamento do projeto, apresentando resultados e propondo ajustes quando necessário. (NR)

**Art. 10.** O Poder Executivo Municipal deverá assegurar que a ampliação das matrículas respeite a diversidade cultural e social do município, promovendo a inclusão de todos os alunos independentemente de suas condições socioeconômicas.

**Art. 11.** O Poder Executivo, por meio da Secretaria Municipal de Educação, elaborará e implementará o Plano de Expansão das Matrículas da Educação Integral em Tempo Integral, com a finalidade de promover a ampliação progressiva, planejada e equitativa da oferta de vagas na rede municipal de ensino.

### CAPÍTULO IV DO CURRÍCULO E DAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS

**Art. 12** O currículo da Educação Integral em Tempo Integral será fundamentado:

- I – Na Base Nacional Comum Curricular – BNCC;
- II – No Currículo de Referência da Rede Estadual;
- III – Nas Diretrizes Curriculares Nacionais;
- IV – No Projeto Político-Pedagógico das unidades escolares.

**Art. 13.** O currículo deverá assegurar:

- I – Integração entre conhecimentos, experiências e práticas educativas;
- II – Superação da lógica fragmentada entre turno e contraturno;
- III – Interdisciplinaridade e contextualização das aprendizagens;
- IV – Valorização das múltiplas linguagens e culturas;
- V – Acessibilidade curricular e inclusão educacional;
- VI – Educação digital e midiática;
- VII – Recomposição e aprofundamento das aprendizagens;
- VIII – Desenvolvimento de projetos de vida;
- IX – Promoção da educação ambiental, cidadania e direitos humanos.

**Art. 14.** As unidades escolares deverão organizar práticas pedagógicas que contemplem:

- I – Atividades culturais, artísticas, esportivas e científicas;
- II – Projetos interdisciplinares;
- III – Ações de incentivo à leitura e produção textual;



# DIÁRIO OFICIAL

## PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIÁPOLIS

Lei Complementar nº 015, de 06 de Maio de 2021

[www.mariapolis.sp.gov.br](http://www.mariapolis.sp.gov.br) | [www.mariapolis.sp.gov.br/imprensaoficial](http://www.mariapolis.sp.gov.br/imprensaoficial)

Segunda-Feira, 22 de Junho de 2026

Diário Oficial - Ano VI - Nº 804

Página 6 de 17



## PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIÁPOLIS

ESTADO DE SÃO PAULO - CNPJ 51.405.231/0001-16

- IV – Educação socioemocional;
- V – Uso pedagógico de tecnologias educacionais;
- VI – Ações de fortalecimento da convivência democrática;
- VII – Práticas inclusivas e atendimento às diversidades;
- VIII – Valorização dos saberes comunitários e territoriais.

**Art. 15.** A avaliação da aprendizagem e do desenvolvimento deverá:

- I – Possuir caráter diagnóstico, formativo e processual;
- II – Considerar o desenvolvimento integral dos estudantes;
- III – Respeitar as diferenças individuais e os tempos de aprendizagem;
- IV – Subsidiar estratégias de recomposição das aprendizagens;
- V – Orientar a melhoria contínua das práticas pedagógicas.

### CAPÍTULO V DO ACESSO, PERMANÊNCIA E EQUIDADE

**Art. 16.** O Município adotará medidas destinadas a assegurar acesso, permanência e aprendizagem com equidade na Educação Integral em Tempo Integral.

**Art. 17.** Compete à Secretaria Municipal de Educação:

- I – Monitorar indicadores de frequência, evasão e abandono escolar;
- II – Implementar ações de busca ativa;
- III – Desenvolver protocolos intersetoriais de atendimento aos estudantes;
- IV – Promover ações de enfrentamento ao racismo, bullying, capacitismo, preconceito religioso, violência de gênero e demais formas de discriminação;
- V – Garantir atendimento educacional inclusivo;
- VI – Assegurar estratégias de continuidade da matrícula em tempo integral entre etapas de ensino.

**Art. 18.** As unidades escolares deverão:

- I – Manter diálogo permanente com as famílias;
- II – Monitorar a frequência e participação dos estudantes;
- III – Promover ações preventivas contra evasão e abandono;
- IV – Desenvolver estratégias de acolhimento e convivência escolar;
- V – Articular-se com os serviços públicos e organizações do território.



# DIÁRIO OFICIAL

## PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIÁPOLIS

Lei Complementar nº 015, de 06 de Maio de 2021

[www.mariapolis.sp.gov.br](http://www.mariapolis.sp.gov.br) | [www.mariapolis.sp.gov.br/imprensaoficial](http://www.mariapolis.sp.gov.br/imprensaoficial)

Segunda-Feira, 22 de Junho de 2026

Diário Oficial - Ano VI - Nº 804

Página 7 de 17



## PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIÁPOLIS

ESTADO DE SÃO PAULO - CNPJ 51.405.231/0001-16

**Art. 19.** Fica estabelecido que a Secretaria Municipal de Educação de Mariópolis irá elaborar posteriormente um edital para distribuição das vagas seguindo os seguintes critérios:

- a- Ser a mãe arrimo de família - 40 PONTOS;
- b- Ser beneficiário do "Bolsa Família" - 30 PONTOS;
- c- Trabalhar dentro da área de abrangência da escola - 10 PONTOS;
- d- Possuir irmão que estude em uma escola pública situada dentro da área de abrangência da escola pleiteada - 5 PONTOS;
- e- Residir na área de abrangência da escola - 5 PONTOS.
- f- Famílias identificadas pelo CRAS como de risco - 20 PONTOS

§1º- Em caso de empate, serão considerados os critérios, na seguinte ordem:

- a- Ser a mãe de arrimo de família;
- b- Possuir pais e/ou responsáveis trabalhando;

§2º- A Creche reserva-se o direito de guardar até 10% das vagas existentes para atendimento a alunos portadores de deficiências e para atender às determinações do Conselho Tutelar.

### CAPÍTULO VI DA GESTÃO DEMOCRÁTICA E PARTICIPATIVA

**Art. 20.** A gestão da Educação Integral em Tempo Integral observará os princípios da gestão democrática e participativa.

**Art. 21.** Fica instituído, no âmbito da Secretaria Municipal de Educação, a Comissão Municipal de Educação Integral em Tempo Integral.

§ 1º A Comissão terá composição paritária e representativa, assegurada a participação de:

- I – Secretaria Municipal de Educação;
- II – Gestores escolares;
- III – um professor de cada uma das três Unidades de Ensino do Município (NR);
- IV – Profissionais de apoio;
- V – Conselho Municipal de Educação;
- VI – Conselho do FUNDEB;
- VII – Estudantes;
- VIII – Pais ou responsáveis;
- IX – Sociedade civil organizada.

Avenida Prefeito Bernardo Meneguetti, 800 - Paço Municipal "José Alves Rodrigues"

Tel.: (18) 3586-1227 - CEP 17.810-015 - Mariópolis - SP

E-mail: [pmariap@terra.com.br](mailto:pmariap@terra.com.br)

[www.mariapolis.sp.gov.br](http://www.mariapolis.sp.gov.br)



# DIÁRIO OFICIAL

## PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIÁPOLIS

Lei Complementar nº 015, de 06 de Maio de 2021

[www.mariapolis.sp.gov.br](http://www.mariapolis.sp.gov.br) | [www.mariapolis.sp.gov.br/imprensaoficial](http://www.mariapolis.sp.gov.br/imprensaoficial)

Segunda-Feira, 22 de Junho de 2026

Diário Oficial - Ano VI - Nº 804

Página 8 de 17



## PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIÁPOLIS

ESTADO DE SÃO PAULO - CNPJ 51.405.231/0001-16

§ 2º O Poder Executivo regulamentará a composição, competências e funcionamento da Comissão.

**Art. 22.** Compete a Comissão Municipal de Educação Integral em Tempo Integral:

- I – Acompanhar a implementação da política;
- II – Propor recomendações e aperfeiçoamentos;
- III – Analisar indicadores e resultados;
- IV – Promover participação social;
- V – Emitir relatórios periódicos de acompanhamento.

**Art. 23.** As unidades escolares deverão promover:

- I – Escuta ativa da comunidade escolar;
- II – Participação estudantil em instâncias colegiadas;
- III – Revisão periódica do Projeto Político-Pedagógico;
- IV – Fortalecimento dos conselhos escolares;
- V – Ações de integração entre escola, família e comunidade.

### CAPÍTULO VII DA ARTICULAÇÃO INTERSETORIAL





**Art. 24.** O Município promoverá articulação permanente entre as políticas públicas de educação, saúde, assistência social, cultura, esporte, lazer, meio ambiente e proteção integral à criança e ao adolescente.

**Art. 25.** A articulação intersetorial poderá ocorrer mediante:

- I – Protocolos de atendimento integrado;
- II – Compartilhamento de informações institucionais;
- III – Ações conjuntas de busca ativa;
- IV – Parcerias com equipamentos públicos;
- V – Cooperação com organizações da sociedade civil sem fins lucrativos;
- VI – Integração com conselhos tutelares e órgãos do Sistema de Garantia de Direitos.

**Art. 26.** As unidades escolares poderão utilizar equipamentos públicos e espaços comunitários para realização de atividades pedagógicas, culturais e esportivas, observadas as normas de segurança e planejamento pedagógico.

### CAPÍTULO VIII DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO

 Avenida Prefeito Bernardo Meneguetti, 800 - Paço Municipal "José Alves Rodrigues"  
 Tel.: (18) 3586-1227 - CEP 17.810-015 - Mariópolis - SP  
 E-mail: [pmariap@terra.com.br](mailto:pmariap@terra.com.br)  
 [www.mariapolis.sp.gov.br](http://www.mariapolis.sp.gov.br)



# DIÁRIO OFICIAL

## PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIÁPOLIS

Lei Complementar nº 015, de 06 de Maio de 2021

[www.mariapolis.sp.gov.br](http://www.mariapolis.sp.gov.br) | [www.mariapolis.sp.gov.br/imprensaoficial](http://www.mariapolis.sp.gov.br/imprensaoficial)

Segunda-Feira, 22 de Junho de 2026

Diário Oficial - Ano VI - Nº 804

Página 9 de 17



## PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIÁPOLIS

ESTADO DE SÃO PAULO - CNPJ 51.405.231/0001-16

**Art. 27.** O Município assegurará condições adequadas para atuação dos profissionais da Educação Integral em Tempo Integral.

**Art. 28.** Compete ao Poder Executivo:

- I – Garantir quantitativo adequado de profissionais;
- II – Promover formação continuada em serviço;
- III – Assegurar condições dignas de trabalho;
- IV – Promover ações de valorização profissional;
- V – Incluir profissionais não docentes nas ações formativas.

**Art. 29.** A formação continuada deverá contemplar:

- I – Fundamentos da Educação Integral;
- II – Práticas pedagógicas inovadoras;
- III – Educação inclusiva;
- IV – Avaliação da aprendizagem;
- V – Educação digital e midiática;
- VI – Gestão democrática;
- VII – Convivência escolar e cultura de paz;
- VIII – Articulação intersetorial.

### CAPÍTULO IX DA INFRAESTRUTURA E DOS RECURSOS

**Art. 30.** O Município de Mariópolis promoverá adequações progressivas da infraestrutura escolar para atendimento da Educação Integral em Tempo Integral.

**Art. 31.** As unidades escolares deverão dispor, observada a viabilidade administrativa e orçamentária, de:

- I – Salas de aula adequadas;
- II – Espaços de alimentação;
- III – Áreas de convivência;
- IV – Espaços esportivos e recreativos;
- V – Biblioteca ou sala de leitura, com acervo de livros atualizados; (NR)
- VI – Acesso a recursos tecnológicos;



## PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIÁPOLIS

ESTADO DE SÃO PAULO - CNPJ 51.405.231/0001-16

VII – Condições de acessibilidade;

VIII – Ambientes adequados para atividades pedagógicas diversificadas.

IX O Município instituirá e manterá, no âmbito das unidades de educação, programa de prevenção e gerenciamento dos riscos psicossociais dos profissionais da educação, observados os parâmetros da Norma Regulamentadora nº 01 (NR-01) do Ministério do Trabalho e Emprego (NR)

**Art. 32.** A implementação da política observará as disponibilidades orçamentárias e financeiras do Município, podendo ser custeada com recursos:

I – Do FUNDEB, com no mínimo 4% (quatro por cento) dos recursos sendo destinado para a criação de matrículas em tempo integral, até o atingimento das metas de educação em tempo integral estabelecidas pelo Plano Nacional e Municipal de Educação;

II – Do salário-educação;

III – De programas federais e estaduais;

IV – De recursos próprios do Município;

V – De convênios e parcerias legalmente autorizadas.

### CAPÍTULO X DO MONITORAMENTO E DA AVALIAÇÃO

**Art. 33.** A Secretaria Municipal de Educação implementará sistema permanente de monitoramento e avaliação da Política Municipal de Educação Integral em Tempo Integral.

**Art. 34.** O monitoramento deverá contemplar, no mínimo:

I – Indicadores de acesso e permanência;

II – Indicadores de aprendizagem;

III – Indicadores de equidade;

IV – Condições de infraestrutura;

V – Dados sobre formação e valorização profissional;

VI – Avaliação da articulação intersetorial;

VII – Participação da comunidade escolar.

**Art. 35.** A Secretaria Municipal de Educação elaborará relatório anual de monitoramento da política, a ser apresentado ao Conselho Municipal de Educação e ao Conselho do FUNDEB.

### CAPÍTULO XI

Avenida Prefeito Bernardo Meneguetti, 800 - Paço Municipal "José Alves Rodrigues"

Tel.: (18) 3586-1227 - CEP 17.810-015 - Mariópolis - SP

E-mail: [pmariap@terra.com.br](mailto:pmariap@terra.com.br)

[www.mariapolis.sp.gov.br](http://www.mariapolis.sp.gov.br)



## PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIÁPOLIS

ESTADO DE SÃO PAULO - CNPJ 51.405.231/0001-16

### DO PLANO MUNICIPAL DE AÇÃO DA EDUCAÇÃO INTEGRAL EM TEMPO INTEGRAL

**Art. 36.** O Poder Executivo, por meio da Secretaria Municipal de Educação, elaborará o Plano Municipal de Ação da Política de Educação Integral em Tempo Integral, destinado ao planejamento, implementação, monitoramento e avaliação das ações relacionadas à ampliação e consolidação da oferta de matrículas em tempo integral na rede municipal de ensino.

**Art. 37.** O Plano Municipal de Ação da Educação Integral em Tempo Integral deverá observar as diretrizes desta Lei, da legislação educacional vigente e das normas nacionais aplicáveis, contendo, no mínimo:

- I – Diagnóstico da rede municipal de ensino;
- II – Metas quantitativas e qualitativas de expansão das matrículas;
- III – Definição das unidades escolares prioritárias;
- IV – Critérios de equidade e vulnerabilidade social para expansão da oferta;
- V – Planejamento de adequação da infraestrutura física e pedagógica das unidades escolares;
- VI – Planejamento de alimentação e transporte escolar;
- VII – Previsão de contratação, lotação e formação continuada dos profissionais da educação;
- VIII – Diretrizes curriculares e pedagógicas para implementação da Educação Integral em Tempo Integral;
- IX – Estratégias de articulação intersetorial;
- X – Ações de acompanhamento da frequência, permanência e aprendizagem dos estudantes;
- XI – Indicadores e mecanismos de monitoramento e avaliação;
- XII – Cronograma físico-financeiro de implementação;
- XIII – Previsão orçamentária e fontes de financiamento;
- XIV – Estratégias de participação da comunidade escolar e da sociedade civil.

**Art. 38.** O Plano Municipal de Ação da Educação Integral em Tempo Integral será submetido à apreciação e aprovação do Conselho Municipal de Educação.

§ 1º A aprovação do Plano pelo Conselho Municipal de Educação constitui requisito para sua implementação.

§ 2º O Conselho Municipal de Educação acompanhará a execução do Plano e poderá emitir recomendações para seu aperfeiçoamento.

§ 3º O Plano deverá ser revisado periodicamente, no mínimo a cada 2 (dois) anos, ou sempre que houver necessidade de atualização das metas, estratégias ou diretrizes.



# DIÁRIO OFICIAL

## PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIÁPOLIS

Lei Complementar nº 015, de 06 de Maio de 2021

[www.mariapolis.sp.gov.br](http://www.mariapolis.sp.gov.br) | [www.mariapolis.sp.gov.br/imprensaoficial](http://www.mariapolis.sp.gov.br/imprensaoficial)

Segunda-Feira, 22 de Junho de 2026

Diário Oficial - Ano VI - Nº 804

Página 12 de 17



## PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIÁPOLIS

ESTADO DE SÃO PAULO - CNPJ 51.405.231/0001-16

**Art. 39.** A elaboração e revisão do Plano Municipal de Ação deverão garantir participação democrática da comunidade escolar, profissionais da educação, estudantes, famílias, conselhos de controle social e representantes da sociedade civil.

**Art. 40.** A Secretaria Municipal de Educação deverá apresentar anualmente ao Conselho Municipal de Educação relatório de execução do Plano Municipal de Ação da Educação Integral em Tempo Integral, contendo:

- I – Dados de expansão das matrículas;
- II – Informações sobre infraestrutura;
- III – Indicadores de frequência, permanência e aprendizagem;
- IV – Ações de formação profissional;
- V – Execução orçamentária e financeira;
- VI – Avaliação dos resultados alcançados;
- VII – Medidas corretivas e estratégias de aperfeiçoamento.

### CAPÍTULO XII DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

**Art. 41.** A Secretaria Municipal de Educação deverá elaborar Plano Municipal de Implementação da Educação Integral em Tempo Integral, contendo:

- I – Metas de expansão;
- II – Cronograma de implementação;
- III – Critérios de priorização;
- IV – Plano de formação continuada;
- V – Estratégias de monitoramento;
- VI – Previsão de adequações estruturais.

**Art. 42.** As unidades escolares deverão revisar seus Projetos Político-Pedagógicos para adequação às disposições desta Lei.

**Art. 43.** Esta Lei será implementada progressivamente, conforme disponibilidade orçamentária, financeira e capacidade operacional da rede municipal.

**Art. 44.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.



# DIÁRIO OFICIAL

## PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIÁPOLIS

Lei Complementar nº 015, de 06 de Maio de 2021

[www.mariapolis.sp.gov.br](http://www.mariapolis.sp.gov.br) | [www.mariapolis.sp.gov.br/imprensaoficial](http://www.mariapolis.sp.gov.br/imprensaoficial)

Segunda-Feira, 22 de Junho de 2026

Diário Oficial - Ano VI - Nº 804

Página 13 de 17



## PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIÁPOLIS

ESTADO DE SÃO PAULO - CNPJ 51.405.231/0001-16

Prefeitura Municipal de Mariópolis, 19 de junho de 2026.

**RICARDO MITSURO WATANABE**  
Prefeito

Publicado e registrado na data supra e afixada no Átrio Municipal.

**ANIELLY RODRIGUES DE ALMEIDA**  
Secretária de Gabinete



# DIÁRIO OFICIAL

## PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIÁPOLIS

Lei Complementar nº 015, de 06 de Maio de 2021

[www.mariapolis.sp.gov.br](http://www.mariapolis.sp.gov.br) | [www.mariapolis.sp.gov.br/imprensaoficial](http://www.mariapolis.sp.gov.br/imprensaoficial)

Segunda-Feira, 22 de Junho de 2026

Diário Oficial - Ano VI - Nº 804

Página 14 de 17

### ERRATA

LEI MUNICIPAL Nº 1865 DE 19 DE JUNHO DE 2026.



## PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIÁPOLIS

ESTADO DE SÃO PAULO - CNPJ 51.405.231/0001-16

### ERRATA

A LEI MUNICIPAL Nº 1865 DE 19 DE JUNHO DE 2026, que “Institui a Política Municipal de Educação Integral em Tempo Integral no âmbito da Rede Pública Municipal de Ensino, estabelece diretrizes para sua implementação, gestão, monitoramento e avaliação, e dá outras providências”, publicado na edição Ano VI - Nº 803 na sexta-feira, 19 de junho de 2026 no Diário Oficial do Município de Mariápolis, tem pela presente, por lapso de digitação, a seguinte correção: Onde se lê:

#### LEI Nº 1865 DE 19 DE JUNHO DE 2026.

Institui a Política Municipal de Educação Integral em Tempo Integral no âmbito da Rede Pública Municipal de Ensino, estabelece diretrizes para sua implementação, gestão, monitoramento e avaliação, e dá outras providências.

Leia-se

#### LEI Nº 1865 DE 19 DE JUNHO DE 2026.

**RICARDO MITSURO WATANABE**, Prefeito Municipal de Mariápolis, Estado de São Paulo, **faz saber** que a Câmara Municipal **APROVOU**, e ele **SANCIONA E PROMULGA**, a seguinte Lei com a redação final:

Institui a Política Municipal de Educação Integral em Tempo Integral no âmbito da Rede Pública Municipal de Ensino, estabelece diretrizes para sua implementação, gestão, monitoramento e avaliação, e dá outras providências.

Mariápolis, 22 de junho de 2026.

**RICARDO MITSURO WATANABE**

**PREFEITO**



# DIÁRIO OFICIAL

## PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIÁPOLIS

Lei Complementar nº 015, de 06 de Maio de 2021

[www.mariapolis.sp.gov.br](http://www.mariapolis.sp.gov.br) | [www.mariapolis.sp.gov.br/imprensaoficial](http://www.mariapolis.sp.gov.br/imprensaoficial)

Segunda-Feira, 22 de Junho de 2026

Diário Oficial - Ano VI - Nº 804

Página 15 de 17

### SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

### COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

### EXTRATOS

#### Extrato de Aviso de Dispensa nº 003/2026 - RETIFICADO

Processo Administrativo n.º 022/2026

Objeto: A Prefeitura de Mariópolis/SP, em cumprimento as Lei 14.133/2021 e Decreto Municipal n.º 027/2023, realizará Dispensa Eletrônica no dia 26 de junho de 2026, das 08:30 às 14:30 horas, visando a contratação de serviços de instrutores de futsal e muay thai para crianças, adolescentes, e hiit para adultos do município de Mariópolis atendidos pela Secretaria Municipal de Esportes, conforme especificações constantes do Termo de Referência. O Edital está disponibilizado de forma resumida no Diário Oficial do Município e na íntegra no sítio eletrônico da Prefeitura Municipal de Mariópolis: [www.mariapolis.sp.gov.br](http://www.mariapolis.sp.gov.br), na Bolsa de Licitações do Brasil – BLL: [www.bll.org.br](http://www.bll.org.br) e no Portal Nacional de Contratações Públicas e na sede da Prefeitura Municipal de Mariópolis, localizada na Avenida Prefeito Bernardo Meneghetti, nº 800 – Bairro: Centro – Mariópolis/SP, nos dias úteis, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados. Quaisquer esclarecimentos serão prestados pelo Setor de Licitações, nos dias de expediente, no horário das 08:00 às 11:00 horas e das 13:00 horas às 17:00 horas, através do telefone (18) 3586-1227.

Mariópolis/SP, 22 de junho de 2026.

GUILHERMY JOSÉ FERREIRA ROSENDO  
Secretário de Esportes, Lazer e Juventude



# DIÁRIO OFICIAL

## PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIÁPOLIS

Lei Complementar nº 015, de 06 de Maio de 2021

[www.mariapolis.sp.gov.br](http://www.mariapolis.sp.gov.br) | [www.mariapolis.sp.gov.br/imprensaoficial](http://www.mariapolis.sp.gov.br/imprensaoficial)

Segunda-Feira, 22 de Junho de 2026

Diário Oficial - Ano VI - Nº 804

Página 16 de 17

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

RECURSOS HUMANOS

EDITAIS



### PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIÁPOLIS

ESTADO DE SÃO PAULO - CNPJ 51.405.231/0001-16

#### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Ficam convocadas as candidatas abaixo relacionada habilitada no Concurso Público nº 001/2022, para comparecerem no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Mariópolis - SP, a fim de manifestar seu interesse em ser contratado sob o regime jurídico da C.L.T.- Consolidação das Leis do Trabalho, no seguinte emprego:

#### AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL:

| <u>CLAS.</u> | <u>NOME:</u>                       | <u>RG:</u>   |
|--------------|------------------------------------|--------------|
| 22º          | Maisa Elias Feitosa                | 49.698.057-9 |
| 23º          | Giovana Ap. Santos de Omelas Moura | 49.799.487-2 |

Fica estabelecido o prazo improrrogável de 5 (cinco) dias da publicação deste, para que as convocadas se apresentem no Departamento de Recursos Humanos, desta Prefeitura Municipal, situada na Av. Prefeito Bernardo Meneguetti, nº 800, Centro, em Mariópolis/SP., no horário compreendido das 08:00 às 11:00 horas e das 13:00 às 16:00 horas, de segunda à sexta-feira, onde receberá instruções necessárias à contratação.

Ressalta-se que, além da presente publicação, as candidatas convocadas também receberão comunicação por e-mail, no endereço eletrônico informado no ato da inscrição no Concurso Público.

O não comparecimento no prazo estipulado, implicará na perda dos direitos decorrentes da habilitação no Concurso Público nº 001/2022.

Mariópolis/SP., 22 de Junho de 2026.

  
Ricardo Mitsuro Watanabe  
Prefeito Municipal



# DIÁRIO OFICIAL

## PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIÓPOLIS

Lei Complementar nº 015, de 06 de Maio de 2021

[www.mariopolis.sp.gov.br](http://www.mariopolis.sp.gov.br) | [www.mariopolis.sp.gov.br/imprensaoficial](http://www.mariopolis.sp.gov.br/imprensaoficial)

Segunda-Feira, 22 de Junho de 2026

Diário Oficial - Ano VI - Nº 804

Página 17 de 17



### PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIÓPOLIS

ESTADO DE SÃO PAULO - CNPJ 51.405.231/0001-16

#### CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2022 EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Administração Pública do Município de Mariópolis, através do seu Prefeito Municipal em exercício, o Senhor Ricardo Mitsuro Watanabe, convoca os candidatos habilitados no Concurso Público nº 001/2022, para comparecerem na Prefeitura Municipal de Mariópolis, situada na Av. Prefeito Bernardo Meneguetti, nº 800, Centro, em Mariópolis, a fim de manifestarem interesse pela vaga temporária oferecida, período 6 (seis) meses.

Os candidatos deverão comparecer no dia e horário constantes do quadro abaixo indicado munido dos seguintes documentos:

- Carteira de Trabalho;
- Uma foto 3/4;
- Cópia da Certidão de Casamento ou Nascimento;
- Cópia da Certidão de Nascimento de filho até 21 anos e CPF;
- Cópia do: RG - CPF - Título de Eleitor – Reservista – CNH;
- Cópia do Diploma;
- Comprovante de Endereço (conta de luz, água ou celular);
- Número do PIS / PASEP;
- Declaração de Bens e Valores, ou Declaração de Imposto de Renda – IRPF/2025;
- Certidão de Distribuição de Processos Cíveis e Criminais
- Cópia do comprovante que votou na última Eleição.

#### AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE: 1 (uma) vaga

| Dia: 30 / 06 / 2026 | Horário: 09:00h     |
|---------------------|---------------------|
| Classificação       | Nome                |
| 11º                 | RODRIGO JOSÉ SOARES |

O não comparecimento do candidato ao ato, em data e horário previamente designados, será entendido como desistência, acarretando na convocação do candidato classificado na posição imediatamente posterior.

Obs.: Os candidatos convocados além das vagas informadas, somente serão contratados caso haja desistência.

Mariópolis/SP., 22 de Junho de 2026.

  
Ricardo Mitsuro Watanabe  
Prefeito Municipal